



NOVA LEI DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS DEVE SER ADIADA

COMUNICADO

Tomada de posição da CNIPE em relação á provável implementação da nova lei da Inclusão no Início do próximo ano lectivo!

Acabar também com a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com deficiência, ficando apenas o Governo com a Secretaria de Estado Para a Cidadania e Igualdade é o aconteceria seguindo esta visão da inclusão na Educação em discussão pública. Mas seria visão errada, porque a pessoa com deficiência deve(ria) ter um Governo que defendesse a inclusão da pessoa com deficiência, na pessoa com deficiência incluem-se também as crianças com NEE, e o Governo prepara-se para fazer exactamente o contrário com a proposta que revoga o decreto lei 3/2008.

Sobre a lei da inclusão a CNIPE vem afirmar a sua posição em defesa de uma escola Inclusiva, pública, universal, para tal o Governo tem que acabar com a brincadeira que durante um ano perpetuou lançando a confusão sobre pais, comunidade educativa, médicos, terapeuta e apoio sociais. Brincadeira que foi a proposta de lei, negociada por meia dúzia de Iluminados, pessoas que nos diversos governos se mantém nos gabinetes dos quadros intermédios dos ministérios e seus “amigos”, foi apresentada para consulta pública, criticada amplamente nos diversos pareceres apresentados por representantes dos professores, pais, médicos e outros.

A CNIPE nunca foi ouvida pelo Governo depois de apresentado a proposta, apesar desta proposta de lei revogar o 3/2008 não abranger apenas as crianças com NEE, mas sim todas as crianças que frequentam escola publicas, privadas, e ainda as que frequentam estabelecimentos de educação especial. A CNIPE nunca foi ouvida pelo Governo, para a elaboração de uma lei que afecta a vida, a educação e a saúde de TODAS a s crianças do País, os pais não tiveram o direito de participar na discussão sobre o futuro dos seus filhos. Fazemo-nos ouvir agora!

A proposta é assente na base da não caracterização das NEE, com a desculpa de que não caracterizando as crianças com deficiência e problemas de aprendizagem se faz a inclusão destes alunos. A proposta não inclui os pais

nas equipas multidisciplinares, a lei exclui os pais das equipas e excluiu a CNIPE da preparação da lei. No entanto, na mesma proposta de lei caracteriza-se a mantém as escolas de referência no domínio da visão, a deficiência de visão já não é “feito” caracterizar e plasmar na lei adequações específicas às crianças com esta deficiência, a mesma deficiência da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência é incompreensível, a menos que o Governo tenha uma visão de soluções para a Inclusão que vai pouco além da deficiência que é a deficiência da senhora Secretario de estado - NENHUMA DEFICIÊNCIA É MAIS IMPORTANTE QUE A OUTRA – todas as crianças tem direito á inclusão, nenhuma criança é mais importante que a outra, mas sendo crianças que tendo deficiência ou problemas de aprendizagem tem que respostas específicas e especializadas que permitam ultrapassar as barreiras que promovam a inclusão, por isso existe a categorização de NEE, tal como existe uma secretaria de estado da inclusão das pessoas com deficiência e não apenas a secretaria de estado da cidadania e igualdade.

Durante anos pais, professores, médicos, terapeutas e comunidade educativa, mas sobretudo as crianças com necessidades educativas especiais, viveram com as dificuldades para a implementação do decreto-lei 3/2008. A visão mais inclusiva que foi prometida por este Governo não está plasmada nesta proposta, nem na forma como tem avançado. A inclusão de TODOS faz-se com TODOS, mas o Governo escolheu só alguns. A CNIPE, durante o processo de consulta pública, esteve atenta a outros pareceres públicos nomeadamente 3 pareceres: FENPROF (para conhecer opinião de professores), ao parecer da SPDA (para uma visão científica e médica) e INOVAR AUTISMO (visão de igualdade e cidadania e porque as perturbações do espectro do autismo são de entre os NEE aqueles, que em conjunto com a multidificiência seriam, no entender da CNIPE, atirados para a exclusão com esta proposta de lei). A CNIPE tomou posição crítica depois conversar com representantes de quase TODOS que acompanham os nossos filhos, menos com o governo que nunca nos quis ouvir, nem depois da CNIPE ter feito chegar essa posição.

Também quando recentemente foi público que apesar de todas as críticas o governo decidiu avançar com formação de formadores (financiada com fundos comunitários) para implementar uma Lei que ainda não é lei, lançando a confusão entre todos. A CNIPE, posteriormente a ter tomado conhecimento do comunicado da FENPROF,

<http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=95&doc=11385>.

e depois da CNIPE ter a confirmação por diversas fontes, da existência dessas formações, pediu ao Ministério da Educação explicações relativamente a estas formações , solicitamos e mostramo-nos disponíveis para uma audição para discutir este assunto, a CNIPE nunca obteve resposta.

As Formações foram assentes na proposta que tantas criticas recebeu, e foi prestada com a certeza de que é para avançar com lei já em Setembro!!! a lei foram sofrendo alterações, mas foram gastos fundos comunitarios para formar com base numa lei que não é lei ainda. Segundo noticia do público, do passado dia 13, a Fenprof pede o adiamento da Reforma, mas que diretores e professores estariam contra.

<https://www.publico.pt/2018/05/13/sociedade/noticia/nova-lei-com-calendario-apertado-para-ser-implementada-1829750>

A CNIPE dúvida desta afirmação. A CNIPE entende que reforma deve ser adiada sim, devidamente discutida e conhecida antes de ser publicada. Para que pais, médicos, terapeutas, assistentes, professores, auxiliares, diretores, autarquias e comunidade educativa estejam devidamente informados e aí sim sejam aproveitar fundos comunitários para promover a Inclusão das Crianças e Jovens com NEE que são afectadas por esta brincadeira legislativa, de um governo que prometeu fazer da inclusão uma prioridade. As crianças não são todas iguais e tem direito a não ser iguais entre si, mas o que se pedia era equidade.

A CNIPE ouviu diretores e professores que não apoiam esta brincadeira, por isso acreditamos que o professor David Rodrigues (alegadamente foi no site da pró-inclusão que estariam publicadas as formações que só alguns conheciam, que depois desapareceram, foi também um dos 3 relatores do relatório do CNE) e o Professor Filinto Lima (diretor) que se afirmaram contra o adiamento desta reforma representam a opinião de uma minoria. O próprio Conselho das Escolas (que representa os diretores junto do ministério da educação) deu parecer que deveria haver formação adequada a pessoal docente e não docente antes da implementação da Lei.

A CNIPE nunca foi recebida pelo governo quanto a este assunto, no entanto não abdicamos de tomar esta posição na defesa de todas as crianças. Apelamos a que o Governo e os partidos políticos tenham bom senso, antes de avançarem com proposta legislativa que pode ter consequências irreversíveis para toda a sociedade, mas principalmente para a vida das crianças com NEE, esta brincadeira pode ter consequências demasiado sérias para a nossa sociedade.

A Direcção da CNIPE

Marinha Grande, 22 de maio de 2018